UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS – CCJP PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD

EDITAL N° 2/2020

PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE MESTRADO DO PPGD/UNIRIO

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal Do Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua Comissão de Bolsas, torna público que serão abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Concessão de Bolsas de Mestrado (DS/CAPES), aos alunos do PPGD/CCJP/UNIRIO.

Pede-se ler atentamente todas as informações constantes neste Edital antes de fazer a inscrição.

1 - DAS INSCRIÇÕES

- 1.1) Os alunos interessados (candidatos às bolsas) deverão se inscrever entre os dias **10 a 13 de agosto de 2020, às 18 horas,** enviando a documentação para o e-mail secretaria.ppgd@unirio.br.
- 1.2) Poderão se inscrever alunos regularmente matriculados no PPGD/CCJP/UNIRIO.
- 1.3) O candidato deverá enviar por e-mail os seguintes documentos:
- Requerimento de inscrição no processo seletivo de bolsas (Anexo 1);
- Termo de compromisso (Anexo 2);
- Curriculum lattes atualizado.
- 1.4) Só serão classificados os candidatos que apresentarem todos os documentos exigidos até as **18 horas do dia 13 de agosto de 2020**, considerando o horário oficial de Brasília.
- 1.5) Não serão aceitas inscrições condicionadas à posterior entrega de quaisquer documentos.
- 1.6) É de responsabilidade do candidato à vaga de bolsa do PPGD a entrega e veracidade de toda informação contida nos documentos, podendo ser responsabilizado civil, administrativa e criminalmente em caso de falsidade.
- 1.7) Não serão recebidas candidaturas fora do prazo.

2 – DA SELEÇÃO

- 2.1) A seleção será realizada pela Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGD/CCJP/UNIRIO.
- 2.2) Os critérios para seleção serão exclusivamente os previstos no art. 9º da Portaria CAPES nº 76, de 14 de abril de 2010, abaixo transcrito:
 - "Art. 9°. Exigir-se-á do pós-graduando, para concessão de bolsa de estudos:
 - I dedicação integral às atividades do programa de pós-graduação;
 - II quando possuir vínculo empregatício, estar liberado das atividades profissionais e sem percepção de vencimentos;
 - III comprovar desempenho acadêmico satisfatório, consoante às normas definidas pela instituição promotora do curso;
 - IV não possuir qualquer relação de trabalho com a instituição promotora do programa de Pós-Graduação;
 - V realizar estágio de docência de acordo com o estabelecido no art. 18 deste regulamento;
 - VI não ser aluno em programa de residência médica;
 - VII quando servidor público, somente os estáveis poderão ser beneficiados com bolsas de mestrado e doutorado, conforme disposto no art. 318 da Lei 11.907, de 02 de fevereiro de 2009;
 - VIII os servidores públicos beneficiados com bolsas de mestrado e doutorado deverão permanecer no exercício de suas funções, após o seu retorno, por um período igual ao de afastamento concedido (§ 4º, art. 96-A, acrescido pelo Art. 318 da Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009 que deu nova redação à Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990);
 - IX ser classificado no processo seletivo especialmente instaurado pela Instituição de Ensino Superior em que se realiza o curso;
 - X fixar residência na cidade onde realiza o curso;
 - XI não acumular a percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro programa da CAPES, de outra agência de fomento pública, nacional ou internacional, ou empresa pública ou privada, excetuando-se:
 - a) poderá ser admitido como bolsista de mestrado ou doutorado, o pós-graduando que perceba remuneração bruta inferior ao valor da bolsa da respectiva modalidade, decorrente de vínculo funcional com a rede pública de ensino básico ou na área de saúde coletiva, desde que liberado integralmente da atividade profissional e, nesse último caso, esteja cursando a pós-graduação na respectiva área:
 - b) os bolsistas da CAPES, matriculados em programas de pós-graduação no país, selecionados para atuarem como professores substitutos nas instituições públicas de ensino superior, com a devida anuência do seu orientador e autorização da Comissão de Bolsas CAPES/DS do programa de pós-graduação, terão preservadas as bolsas de estudo. No entanto, aqueles que já se encontram atuando como professores substitutos não poderão ser contemplados com bolsas do Programa de Demanda Social;
 - c) conforme estabelecido pela Portaria Conjunta Nº. 1 Capes/CNPq, de 12/12/2007, os bolsistas CAPES, matriculados em programas de pós-graduação no país, poderão receber bolsa da Universidade Aberta do Brasil UAB, quando atuarem como tutores. Em relação aos demais agentes da UAB, não será permitido o acúmulo dessas bolsas.

Parágrafo único. A inobservância pela IES dos requisitos deste artigo acarretará a imediata interrupção dos repasses e a restituição à CAPES dos recursos aplicados irregularmente, bem como a retirada da bolsa utilizada indevidamente."

3 - DA CLASSIFICAÇÃO

- 3.1) Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com os critérios definidos por este Edital.
- 3.2) A classificação dos candidatos terá validade durante o período de concessão de bolsas estipulado pela CAPES para os meses de agosto a dezembro de 2020.
- 3.3) Terá preferência o aluno/candidato com maior tempo no curso como aluno regular (sem interrupção de nenhuma natureza). Caso haja empate, prevalecerá a ordem de classificação no processo seletivo para ingresso no PPGD.

4 - DA IMPLEMENTAÇÃO

- 4.1) A concessão de bolsas de estudo será feita em consonância com os requisitos estabelecidos pela CAPES, conforme a Portaria CAPES nº 76, de 14 de abril de 2010, e suas atualizações publicadas no Diário Oficial da União.
- 4.2) O número de quotas de bolsas a serem disponibilizadas será condicionado à oferta CAPES-Demanda Social.
- 4.3) A lista de indicação dos classificados não necessariamente implicará na concessão da bolsa de estudo. O classificado deverá cumprir, no momento da atribuição, as exigências do Regulamento do PPGD e da CAPES.

5 - DAS EXIGÊNCIAS

- 5.1) O aluno bolsista deverá obedecer às normas do Regulamento do PPGD, notadamente quanto aos prazos para exame de qualificação e defesa de dissertação, sob pena de perda da bolsa.
- 5.2) O bolsista deverá colaborar por, no mínimo, 5 (cinco) horas semanais com as atividades do PPGD, tais como organização de eventos, edição da revista e outras definidas pela Coordenação.
- 5.3) É obrigatória a apresentação de relatório semestral de renovação de bolsas informando as atividades de pesquisa, com parecer assinado pelo professor-orientador, dentro do prazo estabelecido pelo PPGD. O não cumprimento do prazo poderá ocasionar a suspensão da Bolsa Demanda Social/CAPES e/ou a não renovação.

6 - CRONOGRAMA

Publicação do edital: 10.08.2020

• Inscrição no processo seletivo de bolsas: até as 18h de 13.08.2020

Divulgação de resultados: 14.08.2020

8 – DISPOSIÇÃO FINAL

Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do PPGD.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2020.

Prof. Dr. Paulo de Bessa Antunes Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito

Prof. Dr Leonardo Mattietto Coordenador do Curso de Mestrado em Direito

ANEXO 1

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

À COMISSÃO DE BOLSAS

Eu,						, aluno (a)
regularme	nte matriculado PPGD/UNIRIO,					duação em
Estado,	Sociedade	e	Políticas	Públicas,		Pesquisa nscrição no
	seletivo de bols			,		
	claro estar cier ste ato, plena a				enção	da bolsa e
Rio	de Janeiro,	de ma	arço de 2018.			

Assinatura

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro, para todos os fins de direito, que me comprometo, durante toda a vigência da bolsa CAPES/Demanda Social, a mim atribuída pelo PPGD/UNIRIO, a manter os requisitos para a sua concessão, previstos no art. 9º da Portaria CAPES nº 76, de 14 de abril de 2010, e suas alterações posteriores, bem como observar fielmente as normas do Regulamento do PPGD/UNIRIO e do Edital de Seleção de Bolsas a que aderi ao submeter a minha inscrição.

Comprometo-me ainda a informar imediatamente à Secretaria do PPGD/UNIRIO qualquer fato que possa acarretar a suspensão ou a perda da bolsa, consoante as normas acima referidas.

Rio de Janeiro, de março de 2018.

Assinatura